



Número: **0089185-51.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 32ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **20/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARCOS VINICIUS PEREIRA RAMOS (AUTOR)		PAULO ANTONIO COELHO CASTOR (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU)			
ARUANA SEGUROS S.A. (RÉU)			
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
55888179	20/12/2019 15:09	Petição Inicial	Petição Inicial
55889532	20/12/2019 15:09	MARCOS VINICIUS PEREIRA RAMOS	Outros (Documento)
55904104	20/12/2019 18:52	Despacho	Despacho
56234376	08/01/2020 17:21	Certidão	Certidão
56237855	08/01/2020 17:50	Intimação	Intimação
56240020	08/01/2020 18:57	Petição em PDF	Petição em PDF

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE.

MARCOS VINICIUS PEREIRA RAMOS, brasileiro(a), solteiro(a), motoboy, com RG sob o nº 210882672988 MEX/PE e CPF nº 703.727.494-10 (doc. 01), residente e domiciliado(a) na Rua Desenvolvimento, nº 365, Residencial Andorinha, Caruaru/PE, CEP: 55000-000 e sem endereço eletrônico (parágrafo 2º do Art. 319 do NCPC), vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seu advogado infra-assinado, com endereço profissional constante no instrumento procuratório em anexo (doc. 02) e com endereço eletrônico paulocastor.adv@gmail.com, com fulcro no artigo 3º, alínea "b", da Lei 6.194/74, com as alterações advindas da Lei nº 8.441/92, MP 340/06, confirmadas posteriormente pelo art. 8º da Lei nº 11.482/07, assim como da MP 451/08, convertida na Lei nº 11.945/09, caput do Art. 7º da Lei nº 8.441/92, parágrafo 4º do Art. 46 do NCPC, Súmula 540 do STJ e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, promover

AÇÃO DE COBRANÇA DO COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT
(RITO ORDINÁRIO)

Contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, 74 – 5º Andar - Centro – Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20031-205, com endereço eletrônico faleconosco@seguradoralider.com.br e **ARUANA SEGUROS S/A**, inscrita no CNPJ n. 07.017.295/0001-58, situada à Av. Dantas Barreto, nº 507, salas 1214/1215, Santo Antonio, Recife/PE, CEP 50.010-921, com endereço eletrônico contato@aruanaseguradora.com.br

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

-



Inicialmente, o(a) Demandante afirma que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio, bem como o de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 4º da Lei 1060/50, com redação introduzida pela Lei 7510/86, consoante declaração em anexo (doc. 03).

DOS FATOS

01. Em primeiro momento, vem o causídico que esta subscreve, declarar e atestar a autenticidade dos documentos acostados à exordial, tudo de acordo com o que preceitua o art. 405 do NCPC.

02. Marcos Vinicius Pereira Ramos, ora Demandante, foi vítima de acidente de veículo automotor, em 26/05/2018, conforme prova a inclusa certidão de ocorrência policial (doc. 04), sendo que o aludido sinistro o(a) deixou com debilidade permanente dos movimentos do membro inferior esquerdo, consoante ratifica o laudo médico (doc. 05).

03. A partir disto, o(a) Demandante solicitou junto às empresas Demandadas, o pagamento do seguro dpvat, conforme lhe faculta a Lei nº 6.194/74, sendo que as referidas seguradoras adimpliram, em 21/11/2019, apenas o valor de R\$ 1.687,50 (mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme documento em anexo (doc. 06).

04. No tocante ao valor a ser pago, a Lei nº 6.194/74, com as alterações advindas da MP 340/06, confirmadas posteriormente pelo art. 8º da Lei nº 11.482/07, que regulamenta o referido seguro, prevê em seu art. 3º, alínea “b”, que o valor da indenização por **INVALIDEZ PERMANENTE** é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

05. Todavia, de acordo com as alterações promovidas pelos artigos 19º a 21º da MP 451/08, convertida na Lei nº 11.945/09, em seus artigos 30º a 32º, a invalidez permanente passou a ser classificada como total ou parcial, devendo-se o pagamento da indenização utilizar como parâmetro o critério dos percentuais previstos na Tabela de Danos Pessoais para cada situação.

06. Como no laudo médico, restou ali concluído que o(a) Demandante adquiriu “**Debilidade Permanente dos movimentos do membro inferior esquerdo**”, deverá ser aplicado o percentual de **70% (setenta por cento)**, consoante prevê a Tabela já acima citada, sobre o valor total de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme cálculo abaixo.

R\$ 13.500,00 (indenização máxima) x 70% (Membro Inferior) = R\$ 9.450,00

07. A partir disto, verificando que o valor correto que deveria ter sido pago ao(à) Demandante era do teto máximo da indenização de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), mas que só foi paga a quantia de R\$ 1.687,50 (mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), resta ainda o montante



de R\$ 7.762,50 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), a título de diferença da indenização proveniente do seguro dpvat a ser quitada pelas Demandadas.

-

DO DIREITO:

08. Outrossim, convém trazer a baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 6208/96
- Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatorias a título de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatorio que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se dá provimento para reformar a sentença de primeiro grau.

09. No que concerne ao posicionamento do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, há de ser posto o seguinte:

Acórdão STJ

RESP 296675/SP; RECURSO ESPECIAL

2000/0142166-2

Fonte

DJ DATA:23/09/2002 PG:00367

Relator

Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR (1110)

Ementa

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO(DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N.6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE.

- I. O valor da cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n.6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de



correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (Resp nº 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Júnior, por maioria, julgado em 12.12.2001).

II. **O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.(grifos nossos)**

III. Recurso especial conhecido e provido.

Data da Decisão

20/08/2002

Órgão Julgador

T4 – Quarta Turma

Decisão: Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. Decide a Quarta Turma do STJ, à unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Participaram do julgamento os Srs. Ministros Barros Monteiro e Ruy Rosado de Aguiar. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e César Asfor Rocha.

10. Assim sendo, não resta outra alternativa ao(à) autor(a), senão ingressar com a presente ação, afim de receber o valor correspondente ao complemento do seguro DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

-

DOS PEDIDOS:

-

Diante de todo o exposto, requer o(a) Demandante que Vossa Excelência se digne em:

- a) Autorizar os benefícios da **assistência judiciária gratuita**, consoante Lei Federal n. 1.060/50 por ser o(a) Demandante pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa;
- b) Acatar o pleito do(a) Demandante para a não realização da audiência de conciliação prévia/mediação, nos termos do parágrafo 5º do Art. 334, uma vez que nesta matéria, as Demandadas não apresentam proposta de acordo.
- c) Determinar as citações das empresas Demandadas para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Art. 335 do NCPC), ofertem resposta aos termos da ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria fática (Art. 344 do NCPC);



- d) Por economia processual e, também em razão do objeto da ação, nomear o perito médico de confiança deste Juízo ou participante do Convênio do Tribunal de Justiça deste Estado, para a avaliação e apuração do grau de invalidez do(a) Demandante em data/local/hora a serem designados por este Juízo;
- e) **JULGAR PROCEDENTE** a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação das Demandadas no pagamento do complemento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, no importe de **R\$ 7.762,50 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, com o acréscimo de juros legais a partir da citação (Súmula 426 do STJ) e correção monetária, pela Tabela ENCOGE, a partir do evento danoso, qual seja, 26/05/2018 (Súmula 580 do STJ);
- f) Condenar as Demandadas ao pagamento dos **honorários advocatícios** no importe de **20% (vinte por cento)** sobre o valor da causa;

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelos documentos que acompanham a inicial.

Dá-se à causa o valor de R\$ 7.762,50 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Pede e espera deferimento.

Recife, 13 de dezembro de 2019.

PAULO ANTONIO COELHO CASTOR

OAB/PE Nº 20.832



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 15 de Novembro de 1988
 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
 DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
 ESTADO DE PERNAMBUCO

MAURO VINÍCIUS PEREIRA RAMOS

RG IDENTIDADE / OUT. CATEG. - UF
310882672988 REC PE

CPF
763.727.454-10 DATA NASCIMENTO
01/07/1998

CAVALARIA
ANTONIO FERNANDO RAMOS
MAGALHÃES
MARIA JOSE PEREIRA RAM
OS

PROFISSÃO
ARMADOR SEXO
M ALTURA
1,70

ESTADO CIVIL
1020474000 DATA EMISSÃO
23/07/2018

UNIDADE
RAM

Mauro Vinicius P. Ramos
 DELEGADO DE PORTADOR

LOCAL
CAHUARO, PE DATA EMISSÃO
07/08/2019

Roberto F. F. F. F.
 Delegado Chefe de Delegacia Regional
 Delegacia Regional de Cahuaro

IDENTIFICAÇÃO
4114800003
20084000541

PERNAMBUCO

VÁLIDA EM TODOS
 OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
1827617606

PROFISSÃO PLÁSTICA DE
1827617606





INSC. EST. Nº 18.1.001.0014300-2

ATENÇÃO: RUA FR CANECA - NRE - 00152 - MAIRIÓ DE JASS
AR - CAMARÁ - PE 55012-350
DADOS DO CLIENTE

MATRÍCULA

103041912 Ago/2019

CYBELL FATALYNE PEREIRA RANOS
R DESENVOLVIMENTO - RESIDENCIAL ANDORINHA, N. 00365 - RFS DENC
TAL ALGODINHO CAMARÁ DE 55000-000

BOMBA D'ÁGUA Nº 41 - RUA 130 - DISTR. DO GRUPO - DISTR. ATERRO - 55012-350

REGISTRO	DATAS	DATA LEIT. ATUAL	TIPO DE CONSUMO (JAE)
10300498	12/08/2019	12/09/2019	MÉDIA 10 - N. MÉDIO

ÁGUA:

LEIT ANT: 373

CONSUMO: 8

ESGOTO:

VOLUME: 8

LEIT ATU:

TAXA MÍNIMA

LEIT ATU:

LEIT FAT: 383

LEIT FAT:

HISTÓRICO DE CONSUMO
REFERÊNCIA CONSUMO

REFERÊNCIA	CONSUMO	PARÂMETROS	NÚMERO DE ANÁLISES		
			EXIG. PORT. Nº 7.914/11	ANÁLISES REALIZ.	ATENDEMENTO A LEGIS.
07/2019	12	4/12			
06/2019	10	7/10			
05/2019	09	7/09	TURBIDEZ	100	93
04/2019	08	7/08	COR APARENTE	100	58
03/2019	08	7/08	CLORO RESIDUAL	100	100
02/2019	08	7/08	COLIF. TOTALIS	100	100
01/2019	02	7/02	E. COLI	100	100
MÉDIA:	08	7/08			

OBS.: (1) COLIFORMES TOTALIS AUSÊNCIA 95% DAS ANÁLISES EXATIDAS
(2) DOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTALIS, ESCHERICHIA COLI E CLORO RESIDUAL SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA ÁGUA
(3) DOS PARÂMETROS COR E TURBIDEZ SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES ASSOCIADAS AO ASPECTO VISUAL DA ÁGUA

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CONSUMO	TOTAL (R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ÁGUA	8 M3	44,06
ESGOTO 80,00 % DO VALOR DE ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ESGOTO	8 M3	35,23
MULTA P/IMPRONTA LONDE 07/2019		1,83
JURD. DE HORA 06/2019		0,30

VENCIMENTO:

25/09/2019

TOTAL A PAGAR:

81,47

MENSAGEM:

IDENTIFICANDO A EXISTÊNCIA DE 1 FATURA(S) PENDENTE(S), DO



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: *Marcelo Vinicius Pereira Ramos, brasileiro, solteiro, advogado, RG: 230882672988 MEV/PE e CPF: 703.727.494-30, residente na Rua Desemvolvimento, N: 363, Residencial Andorinha, Caruaru/PE.*

OUTORGADO: PAULO ANTÔNIO COELHO CASTOR, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PE sob o nº 20.832 e portador do CPF sob o nº 802.111.353-72, com escritório situado na Rua José de Alencar, nº 44, sala 42, Boa Vista, CEP 50070-075, Recife/PE.

PODERES: Pelo presente instrumento de procuração, o(a) Outorgante acima qualificado(a) nomeia e constitui o advogado retro Outorgado a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad judicium et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e de defendê-los nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, para ingressar com Ação de Indenização por Ato Ilícito, em face de qualquer seguradora integrante do consórcio instituído pela Resolução 1/75 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e revigorado pela Lei nº 8.441/92.

Recife, 13.12.19

Marcelo Vinicius P. Ramos
Outorgante



DECLARAÇÃO

D E C L A R O, para os devidos fins, de fato e de direito, nos termos da Lei nº 1.060/50, que sou pobre e que, portanto, não poderei arcar com as custas processuais, sem prejuízos próprios e de minha família.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Recife (PE), 13 de dezembro de 2019 .

Marcelo Vinícius R. Ramos



Boletim de Ocorrência



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
POSTO POLICIAL DO HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE - 90ª CIRCUNSCRICAO
CARUARU

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 19E2106000528

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 23/10/2019 às 11:14

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culpa (Consumada) que aconteceu no dia 26/6/2019 às 23:00

Fato ocorrido no endereço: MUNICIPIO DE CARUARU, 1, RUA MANOEL DE ASSIS, ESQUINA COM A AVENIDA CAUCA, - Bairro: CAUCA - CARUARU/PERNAMBUCO/BRASIL
Local da Fato: PRAIA

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:
DESCONHECIDO (AUTOR/AGENTE)
MARCOS VINICIUS PEREIRA RAMOS (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): MARCOS VINICIUS PEREIRA RAMOS
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): DESCONHECIDO

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido
Nascimento: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL

MARCOS VINICIUS PEREIRA RAMOS (presente ao plantão) - Sexo: Masculino
Mãe: MARIA JOSE PEREIRA RAMOS Pai: ANTONIO FERNANDO RAMOS MAGALHÃES Data de Nascimento: 17/1998
Nascimento: CARUARU / PERNAMBUCO / BRASIL
Documentos: C188267988-MEX/PE (RG), 78372743410 (CPF), 07853419693 (CNH) Estado Civil: SOLTEIRO(A)
Escalação: 2ª, GRAU INCOMPLETO Profissão: MOTOCYCLIST
Telefone Celular: 81998351782

Endereço Residência: MUNICIPIO DE CARUARU, 1, RUA DESENVOLVIMENTO, 308, PERTO DO BAR DA PIAÇA, - CEP: 5 - Bairro: BOA VISTA - CARUARU/PERNAMBUCO/BRASIL

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTOCICLETA (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(s): MARCOS VINICIUS PEREIRA RAMOS, que estava em posse do(a) Sr(s): MARCOS VINICIUS PEREIRA RAMOS



Categoria/Marca/Modelo: MOTOCICLETA/HONDA/CC 150 FAN MIX ESD1 Objeto apreendido: Não
Cor: VERMELHA - Quantidade: 1 (UNIDADE NÃO INFORMADA)
Placa: GYV3548 (PERRAMBUÇÃO NÃO INFORMADO) Renavam: 191879789 Chassi: 9C2NC1590EH667478
Ano Fabricação/Modelo: Combustível: ALCOOL

MOTOCICLETA DESCONHECIDA (VEICULO) de propriedade de(a) Sr(a): DESCONHECIDO, que estava em posse de:

file:///C:/Users/ine/infopo/ram/BOEPreview.html

23/10/2019

Boletim de Ocorrência

Página 2 de 2

(6) Sr(a): DESCONHECIDO

Categoria/Marca/Modelo: MOTOCICLETA/NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO Objeto apreendido: Não
Quantidade: 1 (UNIDADE NÃO INFORMADA)

Complemento / Observação

COMPARECEU A SEDE DO PLANTÃO DA POLÍCIA CIVIL A PESSOA DA VÍTIMA ONDE FALOU QUE ESTAVA TRABALHANDO E CONDUZINDO SUA MOTOCICLETA E FAZENDO O CAMINHO ENTRE OS BAIROS CAIÇA E PETROPOLIS E NO CRUZAMENTO DA AVENIDA CAIÇA E RUA MANOEL DE ABREU, FOI COLIDIDO POR UMA OUTRA MOTOCICLETA DESCONHECIDA QUE APÓS A COLISÃO TOMOU RUMO IGNORADO E NÃO SABIDO E A VÍTIMA FALOU QUE A COLISÃO OCORREU NA RODA DIANTEIRA DE SUA MOTO E COMO FATO FOI AO SOLO E LA SENTIU DORES NA PERNA ESQUERDA E DESMAIOU E ACORDOU COM A CHEGADA DE UMA EQUIPE DO SAMU E PARA CONSTAR APRESENTA UMA DECLARAÇÃO DAQUELE ORÇÃO DA OCORRÊNCIA DE NÚMERO 190820088 QUE CONSTA TAMBÉM QUE A VÍTIMA FOI TRANSPORTADA PARA ESTA UNIDADE HOSPITALAR ONDE RECEBEU OS NÚMEROS DE ATENDIMENTO E PRONTUÁRIO: 512187 E 338048, ONDE FOI ENCAMINHADO AO SETOR CIRÚRGICO, FICANDO NAS DEPENDÊNCIAS DESTA UNIDADE POR CERCA DE 12 DIAS.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

Marcos Vinícius P. Ramos
MARCOS VINÍCIUS PEREIRA
RAMOS
(VÍTIMA)

R.O. registrado por: ANTONIO JOSE PEREIRA SOARES - Matrícula: 991004-6



Imprimível





DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, em atenção ao pedido do Sr. **MARCOS VINICIUS PEREIRA RAMOS** portador do RG: **9.027.303 SDS-PE** e CPF: **703.727.494-10**, que consta nos registros de ocorrências Nº**1905260569** do **SAMU REGIONAL AGRESTE**, atendimento realizado por esse serviço, ao mesmo no dia **26/05/2018** às **23h e 18min**, no endereço **RUA MANOEL DE ABREU, CAIUCA, CARUARU-PE**, com queixa de **ACIDENTE DE MOTO** tendo sido enviada **UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO**, que prestou atendimento a vítima no local, sendo o mesmo removido em seguida para o **HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE**.

De acordo com o registro de informações do SAMU, foram realizados no paciente os seguintes procedimentos: avaliação, imobilização e remoção.

Caruaru, 25 de Setembro de 2019.

Paulo Antonio Coelho Castor
Paulo Antonio Coelho Castor

Coordenador Geral do SAMU Regional Agreste

Recebi esta declaração do SAMU REGIONAL AGRESTE em 25 / 09 / 2019

Marcos Vinicius P. Ramos
Marcos Vinicius P. Ramos



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO		
RELATÓRIO OPERATÓRIO		
Unidade de saúde: HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE		
Paciente: MARCOS VINICIUS PEREIRA RAMOS	Nº Registro: 339248	
Clínica: ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	Nº do leito:	
Operador: DR OBERDAN RIBEIRO		
1º Assistente:	2º Assistente:	
Instrumentador:	Anestesista:	
Anestesia: RAQUIANESTESIA	Duração:	
Data da Operação: 27.05.19	Início: 5:00	Término: 6:00
Diagnóstico Pré-operatório: FRATURA EXPOSTA PATELA E		
Diagnóstico Pós-operatório: O MESMO		
Operação Proposta: TRATAMENTO CIRURGICO COM LIMPEZA + DESBRIDAMENTO CIRÚRGICO.		
Operação Realizada: A MESMA		
DESCRIÇÃO DO ATO OPERATÓRIO		
<ol style="list-style-type: none"> 1. PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL SOB ANESTESIA 2. ASSEPSIA + ANTISSEPSIA 3. APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTÉREIS E NOVA DEGERMAÇÃO 4. OBSERVADO DEFORMIDADE EM MEMBRO COM FERIMENTO EM CONTINUIDADE COM FOCO FRATURÁRIO 5. AMPLIAÇÃO DO FERIMENTO INICIAL PARA MELHOR EXPOSIÇÃO, LIMPEZA E DESBRIDAMENTO 6. LAVAGEM ABUNDANTE COM SFO,9% 7. SUTURA COM APROXIMAÇÃO DOS BORDOS DA FERIDA 8. CURATIVO 9. AGUARDA 2º TEMPO CIRURGICO 		

Dr. Oberdan Ribeiro
Ortopedia/Traumatologia
CRM-PE 30644





FICHA DE ANESTESIA

N 208775

NOME: <u>Marcos Antonio Pereira Ramos</u>		REGISTRO: <u>SUS</u>	CATEGORIA: <u>339248</u>
HOSPITAL: <u>HRA</u>	SEXO: <u>M</u>	IDADE: <u>47</u>	DATA: <u>27/05/19</u>
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: <u>Prostatactomia por laparoscopia</u>	FEITO: <u>sim</u>	FEITO: <u>sim</u>	FEITO: <u>sim</u>
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: <u>o mesmo</u>	FEITO: <u>sim</u>	FEITO: <u>sim</u>	FEITO: <u>sim</u>
OPERAÇÃO PREVISTA: <u>prostatectomia</u>	FEITO: <u>sim</u>	FEITO: <u>sim</u>	FEITO: <u>sim</u>
OPERAÇÃO REALIZADA: <u>o mesmo</u>	FEITO: <u>sim</u>	FEITO: <u>sim</u>	FEITO: <u>sim</u>
ANESTESIA			
TÉCNICA ANESTÉSICA: <u>Rapido + controle manual</u>			
MEDICAMENTOS: <u>propofol, fentanil, rocurônio, cisplata, morfina, clonitazina, clonitazina, clonitazina</u>			
DURAÇÃO DA OPERAÇÃO: <u>30 min</u>			
DURAÇÃO DA ANESTESIA: <u>30 min</u>			
EQUIPAMENTOS: <u>monitores, ventilador, bomba de infusão, aspirador, estetoscópio, oxímetro de pulso, termômetro, estetoscópio, estetoscópio</u>			
EQUIPAMENTOS: <u>monitores, ventilador, bomba de infusão, aspirador, estetoscópio, oxímetro de pulso, termômetro, estetoscópio, estetoscópio</u>			



clean-up

SECRETARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONSUMO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS EM CIRURGIAS
HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

SECRETARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONSUMO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS EM CIRURGIAS
HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

SECRETARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONSUMO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS EM CIRURGIAS
HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

BLOCO CIRÚRGICO *Atend. 512161*

PACIENTE: *João Vitorino Pereira Gomes* REGISTRO Nº *339248*

SALA CIRÚRGICA Nº *02* DATA *27/05/19*

CIRURGIÃO: *Dr. Alencar* ANESTESIOLOGISTA: *Dr. Alencar*

ANESTESIA: *Raqui*

QUANT	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		QUANT	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
		UNIT.	TOTAL			UNIT.	TOTAL
	Oxigênio				Agulha Descartável		
<i>C</i>	Água Destilada				Agulha para Pendura		
	Atropina				Agulha para Raqui		
<i>I</i>	Bupivacaína <i>Perodo</i>				Atadura Gessada		
<i>L</i>	Cefazolina 1g			<i>L</i>	Atadura Crepom		
	Clonidina				Cateter para Oxigênio		
<i>Q</i>	Dezametasona 4mg				Cateter para Venopunção		
	Diclofenaco				Coletor de Urina Aberto		
<i>L</i>	Dipirona				Coletor de Urina Fechado		
<i>I</i>	Etiletrina				Dreno		
	Glicose 50%			<i>5</i>	Eletrodo p/ Monitorização		
	Lidocaína				Equipo para Sangue		
	Metoclopramida				Equipo para Soro		
	Neostigmina				Fio Cat Gut Cromado		
	Prometazina				Fio Cat Gut Simples		
	Ranitidina				Fio de Aço		
	Ringer co Lactato				Fio de Algodão		
<i>U</i>	Soro Fisiológico				Fio de Nylon <i>3.0</i>		
	Soro Glicosado			<i>1</i>	Fio de Polipropileno		
	Succinato de Estriol			<i>1</i>	Gase 7,5x7,5		
<i>I</i>	Tenoxicam			<i>1</i>	Lâmina de Bisturi <i>24/11</i>		
<i>I</i>	<i>Indometacina</i>			<i>1</i>	Luvas Estéreis 7,0		
				<i>1</i>	Luvas Estéreis 7,5		
				<i>1</i>	Luvas Estéreis 8,0		
				<i>1</i>	Seringa 5ml		
				<i>1</i>	Seringa 10ml		
					Seringa 20ml		
					Sonda de Foley		
					Sonda Endotraqueal		
					Sonda Nasogástrica		
					Sonda Uretal		
				<i>1</i>	Tubo para Aspiração		
					<i>comprimido</i>		
SUBTOTAL				SUBTOTAL			
				TOTAL			

Observação: No caso de serem utilizados outros itens especifica-los.

Assinatura do Cirurgião

Assinatura do Responsável pela Sala de Cirurgia

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

Unidade de Saúde: HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

Paciente: Mônica Vitoria Pereira Ramos

Nº do Registro: 339248

Clínica: Ortopedia

Nº do Leito:

Operador: Dr. Felipe Feres

1º Assistente:

2º Assistente:

Instrumentador: Dr. João Leão

Anestesista: Dr.

Anestesia: Propofol

Duração:

Data de Operação: 06/06/19

Início:

Término:

Diagnóstico Pré-Operatório:

fratura da patela (E)

Diagnóstico Pós-Operatório:

O mesmo

Operação Proposta:

fixação cirúrgica de fratura da patela (E)

Operação Realizada:

A mesma

DESCRIÇÃO DO ATO OPERATÓRIO

- 1) Ponte em decúbito dorsal sob anestesia
- 2) Antepsia + exposição do campo
- 3) Incisão para acesso à patela (E)
- 4) Desbridamento por planos
- 5) Redução da fratura da patela (E)
- 6) Fixação com pino de K + cerclagem
- 7) Lavagem com JF0,4%
- 8) Fechamento por planos
- 9) Curativo

Assinado eletronicamente por: PAULO ANTONIO COELHO CASTOR - 20/12/2019 15:09:24
https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19122015092454500000054983661
Número do documento: 19122015092454500000054983661

SECRETARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONSUMO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS EM CIRURGIAS
HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE *cal.*

BLOCO CIRÚRGICO <i>012161</i>							
PACIENTE: <i>Maia Lúcio P. Ramos</i>				REGISTRO Nº <i>339278</i>			
SALA CIRÚRGICA Nº <i>06</i>				DATA <i>06/06/19</i>			
CIRURGIA: <i>TT: Curry Fnal Pcton</i>				CIRURGIÃO: <i>Dr. Felipe Mendes</i>			
ANESTESIA: <i>Região</i>				ANESTESIOLOGISTA: <i>Dr. Roberto</i>			
QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
		UNIT.	TOTAL			UNIT.	TOTAL
<i>04</i>	Oxigênio			<i>04</i>	Aguilha Descartável	<i>BT</i>	
<i>03</i>	Água Destilada	<i>17</i>			Aguilha para Pendura		
<i>03</i>	Atropina	<i>17</i>		<i>01</i>	Aguilha para Raqui		
<i>01</i>	Bupivacaína				Atadura Gessada		
<i>02</i>	Cefazolina 1g			<i>03</i>	Atadura Crepom	<i>10</i>	<i>E</i>
	Clonidina			<i>01</i>	Cateter para Oxigênio		
<i>01</i>	Dezametasona 4mg				Cateter para Venopunção		
	Diclofenaco				Coletor de Urina Aberto		
<i>02</i>	Dipirona				Coletor de Urina Fechado		
<i>01</i>	Etilefrina				Dreno		
	Glicose 50%			<i>05</i>	Eletrodo p/ Monitorização	<i>B</i>	
<i>01</i>	Lidocaína			<i>01</i>	Equipo para Sangue		
	Metoclopramida				Equipo para Soro		
	Neostigmina				Fio Cat Gut Cromado		
	Prometazina				Fio Cat Gut Simples		
	Ranitidina			<i>01</i>	Fio de Aço <i>11mm</i>	<i>20</i>	
<i>02</i>	Ringer co Lactato	<i>F</i>			Fio de Algodão		
<i>03</i>	Soro Fisiológico	<i>17</i>		<i>02</i>	Fio de Nylon	<i>20</i>	<i>F</i>
	Soro Glicosado				Fio de Polipropileno		
	Succinato de Estriol			<i>08</i>	Gase 7,5x7,5	<i>BT</i>	
	Tenoxicam			<i>01</i>	Lâmina de Bisturi	<i>24</i>	
<i>01</i>	<i>Tenoxicam</i>			<i>02</i>	Luvas Estéreis 7,0	<i>F</i>	
<i>01</i>	<i>Domipen</i>			<i>04</i>	Luvas Estéreis 7,5	<i>F</i>	
<i>01</i>	<i>Naftidrona</i>			<i>02</i>	Luvas Estéreis 8,0	<i>F</i>	
				<i>02</i>	Seringa 5ml	<i>F</i>	
				<i>02</i>	Seringa 10ml		
				<i>02</i>	Seringa 20ml		
					Sonda de Folev		
					Sonda Endotraqueal		
					Sonda Nasogástrica		
					Sonda Uretal		
					Tubo para Aspiração		
				<i>01</i>	<i>Luvas 8,0</i>	<i>1</i>	
				<i>02</i>	<i>Luvas 7,5</i>	<i>17</i>	
				<i>01</i>	<i>Luvas 7,0</i>	<i>1</i>	
					<i>Luvas 6,0</i>	<i>1</i>	
SUBTOTAL				SUBTOTAL			
				TOTAL			

Observação: No caso de serem utilizados outros itens especificá-los.

Assinatura do Cirurgião

Assinatura do Responsável pela Sala de Cirurgia



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE - HRA

RESUMO DE ALTA

Nome: Marcelo Vinícius Pereira Santos

Prontuário: _____

Data: 27 / 05 / 19 Hora: _____

DIAGNÓSTICO:

Fratura de patela esquerda

AMBULATÓRIO DE EGRESSO - INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Perícia de alta da ortopedia no doutor de Dr. Marcelo Capela.

Retornar ao ambulatório de ortopedia 35 dias após alta hospitalar

TRATAMENTO REALIZADO:

Tratamento cirúrgico de fratura de patela esquerda

Alta Hospitalar: Data: 10 / 06 / 19

Hora: _____

R. + Dr. Marcelo Capela
CRM. 11201

Ass. do Médico e CRM
Carimbo



SINISTRO 3190607687 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA MARCOS VINICIUS PEREIRA RAMOS****COBERTURA Invalidez****PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO TRAÇÃO****CORRETORA DE SEGUROS LTDA-ME****BENEFICIÁRIO MARCOS VINICIUS PEREIRA RAMOS****CPF/CNPJ: 70372749410****Posição em 07-12-2019 21:46:57**

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
21/11/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 32ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810503

Processo nº **0089185-51.2019.8.17.2001**

AUTOR: MARCOS VINICIUS PEREIRA RAMOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

DESPACHO

Inicialmente, em face da documentação acostada pelo demandante, na peça de ingresso, **CONCEDO-LHE**, com fundamento nos termos dos arts. 1º e seguintes, da Lei 1.060/50, c/c os arts. 1º e seguintes, da Lei 7.115/83, art. 2º, da Lei Estadual 11.404/96 e os arts. 98 e ss. do NCPC, **os benefícios da justiça gratuita.**

Em seguida, analisando o caso em comento, em que se pretende a cobrança de valor referente à complementação do seguro obrigatório (DPVAT), o cotidiano forense nos permite constatar a completa desarmonia da interpretação literal do art. 334 do NCPC, com o espírito da Constituição Federal.

Nas inúmeras demandas que anualmente são distribuídas a este Juízo, as quais manifestam a pretensão referida, invariavelmente restam infrutíferas as tentativas de conciliação, uma vez que, segundo informam as seguradoras rés que compõem o órgão gestor dessa modalidade de seguro, por orientação da FENASEG, não lhes é dado conciliar, mormente porque necessária a realização de perícia médica para se verificar o tipo de lesão e o seu respectivo grau.

Desta forma, tendo em vista a necessidade da realização de perícia judicial, nenhum sentido faz a designação de audiência de conciliação ou de mediação, no presente caso, mas, sim, nos termos do art. 370, *caput*, NCPC a determinação de produção de prova pericial, indispensável para o deslinde do feito.

Assim, ante o exposto, deixo de designar a audiência inicial de conciliação do art. 334 do NCPC, e, por conseguinte, **NOMEIO** para realização da prova pericial o médico **PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO**, CRM-PE 16.868, CPF 009.226.694-06, com endereço situado à Rua General Joaquim Inácio, nº 830, sala 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50070-270, para, **independentemente de compromisso**, atuar no presente procedimento como **perito oficial**, objetivando a realização de perícia médica para verificação e quantificação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no tocante à pessoa do(a) demandante, em conformidade com a Lei n. 6.194/74.



Cite-se, a demandada.

Intimem-se as partes para que tomem conhecimento da indicação do perito e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, indiquem os assistentes técnicos e apresentem os quesitos, como dispõe o art. 465, §1º, do NCPC.

Fixo o valor dos honorários periciais em R\$ 300,00, em favor do perito que subscrever o laudo pericial, valor este a ser custeado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT em razão do seu compromisso firmado perante o Tribunal de Justiça de Pernambuco, conforme os termos da resposta ao Ofício nº 005/2015 – CGSRCAC, como se pode extrair da notícia veiculada na página do site oficial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, qual seja, http://www.tjpe.jus.br/noticias_ascomSY/ver_noticia.asp?id=9785.

Conforme data informada pelo perito, ficam as partes cientes de que a perícia será realizada no **dia 07 de fevereiro de 2020, no horário de 08h até 10:00 horas**, por ordem de chegada, na Rua Jornalista Paulo Bittencourt, nº 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife, PE, CEP: 52010-260, para, independentemente de compromisso, atuar no presente procedimento como perito oficial, objetivando a realização de perícia médica para verificação e quantificação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no tocante à pessoa do(a) demandante, em conformidade com a Lei n. 6.194/74.

Intime-se a parte autora, por carta com aviso de recebimento, para que compareça no dia, hora e local acima informado a fim de submeter-se a perícia médica, com documentos pessoais e exames anteriores, caso possua, **cientificando que sua ausência resultará na extinção do processo.**

Caso entenda necessário, notifiquem-se a quem de direito para fornecer os elementos necessários à elaboração do laudo por parte do referido especialista.

O laudo respectivo deverá ser apresentado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, digitado ou em letra de forma (Resolução 1601/2000, CFM, art. 39 e Código de Ética Médica, 3º Capítulo, art. 11), a contar da data indicada para início dos trabalhos.

Com fulcro no art. 470, II do NCPC, formulo como quesitos do juízo as seguintes indagações:

- a) Há lesão cuja etiologia (origem casual) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?
- b) Qual (quais) região (ões) corporal (is) encontra (m)-se acometida(s)?
- c) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação? Quais?
- d) Pelo exame médico legal, pode-se afirmar que as lesões resultaram em dano (s) anatômico (s) e/ou funcional (is) definitivo (s)? Em caso positivo, informar quais as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.
- e) Faz-se necessário exame complementar?
- f) Promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento e que sejam geradoras de anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), em conformidade com a Lei 11.945/2009 e o seu segundo anexo, indicando se: (i) o dano é total ou parcial? (ii) sendo parcial, se é completo ou incompleto? (iii) e informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, em conformidade com a alínea II, § 1º, do art. 3º, da Lei 6.194/74, correlacionando o percentual do seu respectivo dano, em cada segmento corporal, esclarecendo se a repercussão do dano é residual (10%), leve (25%), média (50%), ou intensa (75%)?

Com a juntada aos autos do laudo pericial, INTIME-SE, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT para que, em conformidade com o compromisso firmado perante com o Tribunal



de Justiça de Pernambuco, consoante os termos da resposta ao Ofício nº 005/2015 – CGSRCAC, efetue, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da sua intimação, o pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), mediante depósito na conta bancária informada pelo perito, qual seja, Caixa Econômica Federal, Ag: 2717, Op: 013, Conta Poupança: 3160-2, **devendo acostar aos autos o comprovante respectivo.**

Cópia do presente, autenticada por servidor em exercício na Diretoria Cível do 1º Grau, poderá servir como mandado, se necessário, nos termos da Recomendação nº 03/2016-CM/TJPE.

P.I.C.

Recife, 20 de dezembro de 2019.

Andréa Duarte Gomes

Juíza de Direito

BCLA





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 32ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0089185-51.2019.8.17.2001
AUTOR: MARCOS VINICIUS PEREIRA RAMOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

CERTIDÃO HABILITAÇÃO PERITO

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)s perito(a)s PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06.

RECIFE, 8 de janeiro de 2020.

FREDERICO FAUSTO SANTIAGO FILHO
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 32ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0089185-51.2019.8.17.2001
AUTOR: MARCOS VINICIUS PEREIRA RAMOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

INTIMAÇÃO - NOMEAÇÃO PERITO

Ilmo Sr., em face do(a) despacho/decisão de ID 55904104 proferido nos autos do processo nº 0089185-51.2019.8.17.2001 da Seção B da 32ª Vara Cível da Capital, ajuizado por AUTOR: MARCOS VINICIUS PEREIRA RAMOS contra RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A., fica a V.S.ª notificado(a) de sua nomeação como perito, bem como INTIMADO(A) do inteiro teor do(a) Despacho/Decisão que segue transcrito abaixo:

“... Assim, ante o exposto, deixo de designar a audiência inicial de conciliação do art. 334 do NCPC, e, por conseguinte, NOMEIO para realização da prova pericial o médico PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE 16.868, CPF 009.226.694-06, com endereço situado à Rua General Joaquim Inácio, nº 830, sala 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50070-270, para, independentemente de compromisso, atuar no presente procedimento como perito oficial, objetivando a realização de perícia médica para verificação e quantificação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no tocante à pessoa do(a) demandante, em conformidade com a Lei n. 6.194/74. ...”

O laudo deverá ser inserido nos autos no formato PDF com menos de 1,5mb cada arquivo.

Atenciosamente

RECIFE, 8 de janeiro de 2020.

FREDERICO FAUSTO SANTIAGO FILHO
Diretoria Cível do 1º Grau



Ciente.

